



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE HUMAITÁ
Poder Executivo
Avenida João Pessoa, nº 414, Centro - CEP 98670-000 Telefone (55) 3525-1166
E-mail: compras@humaita.rs.gov.br

EDITAL DE CHAMAMENTO/CREDENCIAMENTO Nº 006/2022
PROCESSO Nº 144/2022

O PREFEITO MUNICIPAL DE HUMAITÁ, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as Leis nº 8.666/93, 8.883/94 e alterações vigentes, TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados que realizará LICITAÇÃO, através de CHAMAMENTO PÚBLICO para credenciamento de Instituições Financeiras para prestação de serviços de arrecadação de tributos e outras receitas municipais, e estará recebendo e protocolando, no Setor de Protocolo, **no período de 17 de novembro de 2022 a 19 de dezembro de 2022, no horário das 08h às 11h30min e 13h30min às 17h**, os envelopes de propostas e documentos.

1. DO OBJETO

O presente Chamamento Público tem por objetivo o **Credenciamento de Instituições Financeiras (bancos e cooperativas de crédito) para prestação de serviços de arrecadação de tributos e outras receitas municipais**, conforme Termo De Referência do Anexo I.

2. DATA, LOCAL E HORÁRIO DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS

2.1. Data: 20 de dezembro de 2022.

2.2. Horário: 08h30min.

2.3. Local: Avenida João Pessoa, nº 414, Centro, junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.

2.4. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente de caráter público que impeça a realização deste evento na data marcada, o Credenciamento ficará automaticamente prorrogado para o dia útil subsequente, no mesmo local e horário.

3. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DO ENVELOPE

3.1. Os LICITANTES deverão apresentar envelope devidamente fechado, contendo a documentação para habilitação solicitada neste Edital.

3.2. No envelope devidamente identificado deverá constar na parte externa:

PREFEITURA MUNICIPAL DE HUMAITÁ/RS

PROCESSO Nº _____

CHAMAMENTO/CREDENCIAMENTO Nº _____

NOME DO LICITANTE:

DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

E-mail:.....Telefone:.....

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste chamamento para credenciamento Pessoas Jurídicas legalmente constituídas, que comprovarem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no item 5.2 (Da Habilitação) e cujo objeto social da empresa, expresso no Estatuto ou Contrato Social, especifique atividade pertinente e compatível com o objeto deste CHAMAMENTO. Poderão participar deste Credenciamento as Instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na forma de Banco Múltiplo, Comercial ou Cooperativo e Cooperativa de Crédito, que tenham unidade no Município de Humaitá e que preencherem todos os requisitos exigidos no Edital.

4.2. Não poderão participar as empresas:



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE HUMAITÁ

Poder Executivo

Avenida João Pessoa, nº 414, Centro - CEP 98670-000 Telefone (55) 3525-1166

E-mail: compras@humaita.rs.gov.br

- 4.2.1. Cuja falência ou recuperação judicial tenha sido decretada em concurso de credores, dissolução, liquidação e em consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição.
- 4.2.2. Que por qualquer motivo tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal.
- 4.2.3. Cujos diretores, sócios ou responsáveis técnicos sejam servidores ou dirigentes da Prefeitura Municipal de Humaitá/RS.
- 4.2.4. Que tenham sofrido penalidade de suspensão pela Administração Pública Municipal.

5. DA HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 1)

- 5.1. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração Municipal. A Prefeitura Municipal de Humaitá autenticará documentos inclusive no ato da sessão.
 - 5.1.1. Os documentos expedidos via *internet* e, inclusive, aqueles outros apresentados, terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte da Comissão de Licitações.
 - 5.1.2. A Comissão de Licitações não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo indisponibilidade referida e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente será inabilitada.
 - 5.1.3. Não será aceito protocolo de entrega ou solicitação de substituição de documento àquele exigido no EDITAL e seus ANEXOS.
 - 5.1.4. Se o LICITANTE for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a LICITANTE pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante de LICITAÇÃO, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstas neste Edital.

5.2. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO

5.3. Dos documentos necessários à habilitação jurídica da LICITANTE:

- 5.3.1. Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor da LICITANTE devidamente registrado, e alterações, em se tratando de sociedades comerciais e de sociedade por ações, deverá ser acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 5.3.2. Comprovante de inscrição do ato constitutivo em Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas, no caso de sociedade civis deverá ser acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 5.3.3. Ata, registrada na Junta Comercial, das assembléias que tenham aprovado ou alterado os estatutos em vigor e ata de eleição dos administradores em exercício, no caso de cooperativas;
- 5.3.4. Certidão de registro comercial, no caso de empresa individual;
- 5.3.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 5.3.6. Declaração de inexistência em seu quadro de pessoal de menores na forma do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição;
- 5.3.7. Declaração inexistência de fato impeditivo/modificativo, modelo do **Anexo III** deste Edital;
- 5.3.8. Declaração de Idoneidade subscrita pelo representante legal da LICITANTE, conforme **Anexo IV** deste Edital, especificando: **a)** Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público; **b)** Que não está impedida de transacionar com a Administração Municipal; **c)** Que não foi apenas rescisão de contrato quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outromotivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 05 (cinco) anos; **d)** Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE HUMAITÁ
Poder Executivo
Avenida João Pessoa, nº 414, Centro - CEP 98670-000 Telefone (55) 3525-1166
E-mail: compras@humaita.rs.gov.br

alterações posteriores;

5.3.9. Comprovação, através de documento expedido pelo Banco Central de que a instituição financeira está em pleno uso e gozo de suas atividades e não se encontra em processo de liquidação extrajudicial ou cópia do certificado de autorização de funcionamento expedido pelo Banco Central.

5.4. Documentos necessários relativamente à regularidade fiscal da LICITANTE:

5.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

5.4.2. Prova de quitação com a Fazenda Federal (abrangendo as contribuições sociais nos termos da Portaria Conjunta RBF/PGFN 1791/14), Estadual e Municipal, de acordo com o disposto no art. 29, inciso III, da Lei n.º 8.666/93, dentro do prazo de validade;

5.4.3. Certificado de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal, conforme alínea "a" do art. 27 da Lei n.º 8.036/90, devidamente atualizado;

5.4.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

5.4.5. Alvará de localização fornecido pelo Município do estabelecimento.

5.5. Relativamente à qualificação econômico-financeira do LICITANTE e ao Objeto do Credenciamento:

5.5.1. Certidão Negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou execução patrimonial expedida pelo distribuidor da sede da LICITANTE com data de expedição inferior a 60 (sessenta) dias da data de abertura dos documentos.

5.6. Relativamente ao Objeto do Credenciamento:

5.6.1. Requerimento de credenciamento, conforme anexo I do Termo de Referência, contendo as seguintes informações:

a) Relação dos serviços que se propõe a realizar.

6. DA VIGÊNCIA

6.1. A vigência do contrato será de 60 (sessenta) meses, sendo que os valores ora contratados serão corrigidos pelo INPC, sempre que transcorridos 12 (doze) meses.

7. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

7.1. As despesas oriundas deste credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade: 04.01. Secretaria de Finanças

Proj/Ativ.: 2005. Manutenção da Secretaria de Finanças

Elemento: 33.90.39.81.00. Serviços bancários.

8. DO PROCEDIMENTO

8.1. Na data prevista no item 2 deste Edital, a Comissão de **Licitações, fará a identificação dos credenciados presentes, como representantes legais das empresas LICITANTES, conforme Modelo de Carta Credencial em anexo a este Edital, que deverá ser apresentada fora dos envelopes;**

8.2. Somente poderá manifestar-se em qualquer fase da LICITAÇÃO, em nome da LICITANTE, o representante credenciado, conforme acima, exceto se esta se fizer presente por seu Responsável Legal, devidamente identificado;

8.3. Após a identificação dos credenciados presentes, a Comissão Permanente de LICITAÇÕES procederá a abertura do envelope que contiver os documentos de habilitação;

8.4. Aberto o Envelope nº 1, os documentos serão rubricados pela Comissão e a seguir, pelos representantes



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE HUMAITÁ

Poder Executivo

Avenida João Pessoa, nº 414, Centro - CEP 98670-000 Telefone (55) 3525-1166

E-mail: compras@humaita.rs.gov.br

de todos os proponentes credenciados e presentes ao ato.

8.5. A Comissão examinará os documentos e considerará habilitados os proponentes que satisfizerem às exigências constantes deste Edital, inabilitando-os em caso contrário.

8.6. A Comissão lavrará ata dos trabalhos, apontando os fundamentos de eventuais inabilitações.

8.7. Dos atos praticados pela Comissão Permanente de LICITAÇÕES caberão recurso, na forma prevista na Lei nº 8.666/93.

8.8. Estando presentes os representantes das licitantes, a Comissão de Licitação poderá intimá-los da decisão sobre a habilitação ou inabilitação, devendo a intimação constar em ata. Caso contrário, a intimação será realizada por ofício, enviado por carta registrada com aviso de recebimento ao representante da empresa ou para o e-mail do responsável pela empresa, com a confirmação do recebimento.

8.9. Os interessados poderão interpor recurso, apresentando suas razões devidamente fundamentadas e por escrito, no prazo de até cinco dias úteis a contar da intimação de inabilitação;

8.10. O recurso deverá ser protocolizado junto ao Protocolo Geral, sendo dirigido à Comissão Permanente de Licitações, ficando estabelecido o prazo de até 10 (dez) dias úteis para reconsiderá-lo ou fazê-lo subir ao Setor Jurídico do Município para análise e decisão;

8.11. Serão conhecidos somente os pedidos de revisão tempestivos, motivados e não protelatórios;

8.12. Decidido em todas as instâncias administrativas sobre os recursos interpostos, o resultado final do processo de credenciamento será publicado no Site do Município.

9. DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

9.1. Estando a empresa apta a contratação, o processo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município que verificará a regularidade do procedimento, visando a realização do instrumento do contrato, tendo em vista o fato de que a competição resta fatidicamente impossibilitada, já que é do interesse da coletividade local que o maior número possível de empresas prestem os serviços em questão, no intuito de ampliar o acesso da população envolvida.

10. DA ASSINATURA DO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO

10.1. Homologado o resultado da LICITAÇÃO, as instituições credenciadas serão convocados para assinarem o contrato de prestação de serviços, ocasião em que deverá ser apresentada pelo interessado, como condição de assinatura a prova de regularidade com a Fazenda Municipal credenciante, se distinta do domicílio ou sede daquele, em observância ao disposto no art. 193, do Código Tributário Nacional.

11. DAS CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1. Os serviços serão prestados de acordo com o Anexo I - Termo de Referência, no estabelecimento do credenciado ou seus correspondentes, no âmbito do Município de Humaitá/RS, com pessoal e material próprios, sendo de responsabilidade exclusiva e integral os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais decorrentes do serviço, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos ao Município.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento dos valores objeto deste chamamento público para credenciamento serão efetuados nas condições e forma estipuladas no Anexo I - Termo de Referência deste edital.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa e contraditório, a Administração poderá aplicar à Credenciada as penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE HUMAITÁ

Poder Executivo

Avenida João Pessoa, nº 414, Centro - CEP 98670-000 Telefone (55) 3525-1166

E-mail: compras@humaita.rs.gov.br

com as alterações posteriores as seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito, quando a CONTRATADA praticar pequenas irregularidades; sendo que a penalidade de advertência poderá ser cumulada coma penalidade de multa.
- b) Em caso de negativa injustificada de atendimento, posteriormente a conclusão do processo administrativo, além do descredenciamento poderão ser aplicadas multa no valor de R\$ 100,00 (cem reais) por ocorrência e ou suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município pelo prazo de dois anos, cumulativamente ou não.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Todas as alterações, adendos e prorrogações em relação ao presente Edital que vierem a se realizar, serão publicadas no site do Município, no mesmo local onde houve a publicação deste Edital, sendo de responsabilidade dos interessados em participar do certame manterem-se informados quanto às mesmas.

14.2. As empresas participantes deste certame deverão fornecer endereço de e-mail válido, o qual passará a ser o veículo de comunicação padrão entre contratante e contratada e, para o qual serão remetidas todas as notificações, tais como solicitações de entrega, formulação de aditivos e comunicações de qualquer natureza. O e-mail deverá ser mencionado na proposta.

14.3. As comunicações encaminhadas para o endereço de e-mail fornecido pela Contratada gozam de presunção de ciência, notificação e conhecimento por parte da mesma em relação aquilo que lhe for remetido diretamente pela Contratante.

14.4. Os anexos ficam fazendo parte integrante deste Edital.

14.5. Maiores informações serão prestadas aos interessados no horário das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Humaitá/RS, sito à Av. João Pessoa, nº 414, Centro, ou pelo telefone nº (55) 3525-1166 e-mail: compras@humaita.rs.gov.br.

Humaitá/RS, 17 de novembro de 2022.

PAULO ANTÔNIO SCHWADE
Prefeito Municipal



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

Contratação de Instituições Financeiras (Bancos e cooperativas de crédito), estabelecidas no Município de Humaitá/RS, para prestação de serviços de arrecadação de tributos e demais receitas municipais.

2. JUSTIFICATIVA:

A terceirização do serviço se faz necessária em razão do alto volume de recursos monetários envolvidos, além de possibilitar ao contribuinte maior comodidade para pagamento de seus tributos, podendo optar pelo estabelecimento no qual queira quitar os débitos junto ao erário municipal, bem como, evitar transtornos junto ao paço municipal o qual não comporta o grande número de contribuintes existentes. O credenciamento se faz a forma ideal de contratação de Instituições, uma vez que todas do ramo prestam o mesmo serviço, além da necessidade do município em terceirizar esse serviço e ampliar para um maior número de prestadores, com vistas a maior comodidade do contribuinte.

3. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO:

Item	Descrição	Valor da tarifa por atendimento	Quant. Estimada	Valor Total
01	Documento no guichê/caixa	R\$ 5,00	10.000	R\$ 50.000,00
02	Documentos agentes credenciados	R\$ 2,28	10.000	R\$ 22.800,00
03	Documento na internet e aplicativos	R\$ 1,60	10.000	R\$ 16.000,00
04	Documento no autoatendimento	R\$ 1,96	10.000	R\$ 19.600,00
05	Por solicitação e arquivo após o prazo de 30 dias	R\$ 3,15	10.000	R\$ 31.500,00

3.1. Os limites quantitativos indicados no termo de referência são relativos aos serviços prestados por todos os credenciados e também documentos recebidos no caixa do município, não havendo garantia de execuções individuais mínimas, tampouco quanto a opção do contribuinte sobre formas de pagamento ou Instituição;

3.2. As Instituições Financeiras serão obrigadas a cotar todos os itens do objeto;

3.3. Os quantitativos totais foram estimados com fundamento no exercício anterior para o período de 12 (doze) meses e se justifica pelo fato de que o Município não saberá qual a forma de pagamento a ser escolhida pelo Município;

3.4. No caso de prorrogação de contrato, os preços acima serão reajustados pelo **INPC**, acumulado no período do ano imediatamente anterior, por simples termo de aditamento tendo como base o mês que antecede o término de um ano.

4. DA FORMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

4.1. O Banco credenciado prestará serviços de recebimento de contas, tributos e demais receitas municipais de acordo com as estipulações do presente edital e minuta do contrato;

4.2. A prestação dos serviços de arrecadação, através de Documento de Arrecadação Municipal - DAM, e repasse de tributos e demais receitas municipais, com respectiva prestação de contas por transmissão eletrônica de dados, em favor do Município, serão realizadas pelo BANCO, por suas subsidiárias, agências bancárias e postos de serviços, existentes ou a serem criados.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE HUMAITÁ

Poder Executivo

Avenida João Pessoa, nº 414, Centro - CEP 98670-000 Telefone (55) 3525-1166

E-mail: compras@humaita.rs.gov.br

5. SÃO OBRIGAÇÕES DO BANCO:

- 5.1.** Receber tributos e demais receitas municipais somente através dos documentos de arrecadação (DAM), aprovados pela Secretaria Municipal de Finanças, que estejam com todos os campos de informações obrigatórios devidamente preenchidos, sem emendas ou rasuras, por qualquer modalidade pela qual se processe o pagamento, nos termos deste Credenciamento;
- 5.2.** Arrecadar em toda sua rede de agências, postos bancários e outras representações, inclusive as que vierem a ser inauguradas, após a assinatura do CONTRATO;
- 5.3.** Apresentar ao Município, no ato da assinatura do CONTRATO, meios necessários à implementação da prestação de serviços ora contratados e os horários de funcionamento de cada unidade arrecadadora, mantendo tais condições durante todo o período de vigência do CONTRATO, sendo que a implementação de novas modalidades de pagamento deverá ser previamente aprovada pela Secretaria de Finanças.
- 5.4.** Comunicar formalmente ao Município, com a maior brevidade possível, a ocorrência de avarias, danos, reparações ou modificações ocorridas no sistema de recolhimento do BANCO, que resultem em descontinuidade de arrecadação em modalidade de pagamento colocado à disposição do contribuinte, ou na modificação de qualquer processo que tenha reflexo nos serviços objeto do CONTRATO;
- 5.5.** A informação recebida nos Documentos de Arrecadação Municipal (DAM) será obtida pela leitura do código de barras padrão FEBRABAN, ou pela digitação da respectiva representação numérica, ou por meio previamente aprovado pela Secretaria Municipal de Fazenda;
- 5.6.** O BANCO não poderá, em hipótese alguma, cobrar qualquer taxa ou tarifa do contribuinte e/ou devedor, pela recepção, processamento e pagamento de suas obrigações;
- 5.7.** Autenticar o DAM, em todas as suas vias, ou emitir um recibo da recepção do pagamento, contendo o número de autenticação caixa ou código de transação, valor e data de pagamento, além da representação numérica do código de barras. Para os recebimentos realizados através de “home/office banking”, “internet” ou qualquer outra modalidade de auto-atendimento, o comprovante de pagamento deverá ser previamente aprovado pela Secretaria Municipal de Finanças;
- 5.8.** Manter os DAM arquivados por um período de 180 (cento e oitenta dias) dias;
- 5.9.** A Instituição Financeira credenciada deve informar diariamente à Divisão de Tributos da Secretaria Municipal de Finanças, via eletrônica, o arquivo com as informações relativas aos tributos arrecadados, conforme dispositivo por ela determinado, permitindo a pronta e imediata baixa dos devedores nos controles da Divisão de Tributos/Secretaria Municipal de Finanças;
- 5.10.** Efetuar o repasse do produto da arrecadação de tributos e demais receitas municipais diariamente até às 09h00min horas do dia seguinte à data de arrecadação, a crédito da conta informada pela Secretaria Municipal de Finanças de dados, remeter as informações regularizadas no prazo de 01 (um) dia útil, contado a partir do horário de recebimento da comunicação de rejeição, sem prejuízo das penalidades previstas no contrato;
- 5.11.** Cumprir as normas estabelecidas na legislação específica do Município, bem como nos instrumentos normativos que vierem a ser publicados para regular o procedimento concernente aos serviços de arrecadação objeto deste CONTRATO, o que dependerá de prévia ciência das partes, por escrito;
- 5.12.** Apresentar mensalmente ao Município documento com a discriminação dos serviços prestados, constando a quantidade, a modalidade de recebimento dos documentos e demais informações que se fizerem necessárias à apuração da prestação dos serviços;
- 5.13.** Fornecer ao Município, sempre que solicitadas, certidões negativas de encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários;
- 5.14.** Disponibilizar ao Município os documentos e as informações necessárias para a verificação dos procedimentos de arrecadação, ficando o BANCO obrigado a resolver eventual irregularidade, inclusive reprocessando a informação contida nos arquivos auditados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias;
- 5.15.** Manter as informações de transmissão de arrecadação em meio eletrônico por um período mínimo de 05



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE HUMAITÁ

Poder Executivo

Avenida João Pessoa, nº 414, Centro - CEP 98670-000 Telefone (55) 3525-1166

E-mail: compras@humaita.rs.gov.br

(cinco) anos.

5.16. Apresentar relatório mensal indicando o número de atendimento de arrecadação e a forma do recolhimento (guichê, internet, etc.), para autorização do pagamento das tarifas pelo Município;

5.17. O BANCO repassará o produto da arrecadação na mesma data de crédito do produto arrecadado, ou seja, ocorrerá no 2º (segundo) dia útil após o recebimento dos documentos arrecadados.

6. É VEDADO AO BANCO:

6.1. Utilizar, revelar ou divulgar, no todo ou em parte, ainda que para uso interno, informações ou documentos vinculados à prestação de serviços para o Município;

6.2. Cancelar ou debitar valores sem a autorização expressa do Município;

6.3. Receber documento de arrecadação vencido;

6.4. Não será considerada como repassada a arrecadação:

a) Enquanto o arquivo das transações remetido pelo BANCO não for recebido pelo Município;

b) Quando o valor constante do arquivo das transações for diferente do valor registrado no extrato, e enquanto perdurar a irregularidade.

7. SÃO OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

7.1. Expedir quando necessário normas e procedimentos de verificação e controle da consistência das informações relativas à arrecadação dos tributos municipais;

7.2. Especificar o protocolo de comunicação a ser utilizada na transmissão eletrônica de dados;

7.3. Estabelecer as especificações técnicas para a captura e envio das informações, conforme as condições estabelecidas no padrão FEBRABAN de código de barras;

7.4. Remunerar o BANCO pelos serviços efetivamente prestados,

7.5. Deixar à disposição dos contribuintes a informação necessária para que estes possam efetuar seus pagamentos;

7.6. Entregar ao BANCO:

a) Recibo do arquivo enviado;

b) Mensagem de aceitação/ rejeição do arquivo enviado.

8. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas oriundas deste credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade: 04.01. Secretaria de Finanças

Proj/Ativ.: 2005. Manutenção da Secretaria de Finanças

Elemento: 33.90.39.81.00. Serviços bancários.

Humaitá/RS, 17 de novembro de 2022.

PAULO ANTÔNIO SCHWADE

Prefeito Municipal



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE HUMAITÁ

Power Executivo

Rua Venâncio João Pessoa, nº 414, Centro - CEP 98670-000 Telefone (55) 3525-1166

E-mail: compras@humaita.rs.gov.br

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

_____, neste ato representado pelo
INSTITUIÇÃO

_____, Sr. (a) _____,
CARGO

REQUER credenciamento junto ao Município de Humaitá/RS, para os serviços abaixo relacionados, dentro dos limites diários informados respectivamente.

() Documento no guichê/caixa; Limite: _____

() Documentos agentes credenciados; Limite: _____

() Documento na internet e aplicativos; Limite: _____

() Documento no autoatendimento; Limite: _____

() Por solicitação e arquivo após o prazo de 30 dias. Limite: _____

Para tanto, anexa todos os documentos necessários, constantes no Edital de Chamamento nº

Humaitá/RS, xx de xxxxxxxxxxxx de 2022.

Obs: Anexar cópia de documentos RG e CPF



Estado do Rio Grande do Sul

UNICÍPIO DE HUMAITÁ

Poder Executivo

Av. João Pessoa, nº 414, Centro - CEP 98670-000 Telefone (55) 3525-1166

E-mail: compras@humaita.rs.gov.br

ANEXO II - MINUTA DO CONTRATO TERMO DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente instrumento, **O MUNICÍPIO DE HUMAITÁ**, Pessoa Jurídica de Direito Interno Público, CNPJ 87.613.139/0001-99, com sede na Av. João Pessoa, nº 414, Centro, Humaitá, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr....., brasileiro, casado,, CPF., residente e domiciliado na Rua, nesta cidade de Humaitá/RS doravante denominado CREDENCIANTE, e a Empresa, com sede na, inscrita no CNPJ neste ato representado por, com CPF n.º brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de, doravante denominado apenas **CREDENCIADO** têm entre si, justos, combinados e contratado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Chamamento Público tem por objetivo o Credenciamento de Instituições Financeiras (bancos e cooperativas de crédito) para prestação de serviços de arrecadação de tributos e outras receitas municipais, conforme termo de referência do Anexo I.

1.2. Os serviços a serem prestados encontram-se detalhados no Anexo I do Edital, Termo De Referência, ao qual este termo se vincula independente de transcrição.

1.3. Os serviços ajustados pelo presente contrato, serão prestados pelo AGENTE ARRECADADOR, por intermédio de sua instituição instalada no município de Humaitá, não podendo ser sub-empregados, cedidos ou sublocados.

1.4. As instituições bancárias poderão repassar a prestação dos serviços, objeto deste Contrato, às suas agências bem como às suas contratadas permissionárias, atuais e futuras, respeitada as premissas deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

2.1. A execução do presente contrato dar-se-á dentro das condições estabelecidas neste contrato, sendo que a Contratada compromete-se a realizá-lo com zelo, probidade, eficiência e responsabilidade.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO PELA EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1. O pagamento pelos serviços prestados pelo credenciado será efetuado mensalmente, tendo em conta o número de procedimentos efetivamente realizados, multiplicado pelo valor constante na tabela do Anexo I, Termo De Referência.

3.2. O pagamento somente será efetuado mediante apresentação de prestação de contas por meio magnético dos serviços prestados, que deverá ser realizado conforme Termo De Referência, Anexo I do Edital.

3.3. A forma de pagamento poderá ser definida pelo credenciado, se por débito em conta, depósito ou outra, devendo ser efetuado até o 10º dia do mês subsequente à prestação de serviço.

3.4. Ocorrendo atraso no pagamento por culpa da Administração Municipal, os valores serão corrigidos monetariamente pelo INCP do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração pagará a contratada com juros de 0,5% ao mês, *pro rata*.



Estado do Rio Grande do Sul

UNICÍPIO DE HUMAITÁ

Power Executivo

Avenida João Pessoa, nº 414, Centro - CEP 98670-000 Telefone (55) 3525-1166

E-mail: compras@humaita.rs.gov.br

CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS

4.1. Do prazo de vigência contratual

O presente instrumento terá pelo período de 60 (sessenta) meses a contar da assinatura do termo de credenciamento, ou seja até.....

4.2. Qualquer alteração no prazo supra referido dependerá de prévia aprovação, por escrito, do Contratante.

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITO E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

5.1. Constituem obrigações da Contratante:

- a) Efetuar o pagamento ajustado;
- b) Comunicar à Contratada qualquer irregularidade na execução dos serviços, para que a mesma possa saná-las;
- c) Remunerar o BANCO pelos serviços efetivamente prestados, mediante a apresentação de relatórios mensais determinados neste termo;
- d) Pôr à disposição dos contribuintes a informação necessária para que estes possam efetuar seus pagamentos.

5.2. Constituem obrigações da Contratada/Credenciada:

- a) Prestar a execução do objeto na forma ajustada;
- b) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução dos serviços objeto do presente contrato;
- c) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d) Apresentar sempre que solicitado, durante a execução do contrato documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- e) Executar os serviços objeto deste contrato em respeito às normas de segurança e disciplina do Contratante;
- f) Zelar pela boa e completa execução dos serviços contratados, facilitando o acompanhamento e a fiscalização por parte de Contratante;
- g) Responder pelos danos causados à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato;
- h) Responsabilizar-se por seus empregados em decorrência dos serviços prestados, inclusive pela imediata indenização de danos por eles eventualmente causados;
- i) Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados quando da execução do serviço objeto deste contrato;
- j) Comunicar à Contratante, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessários;
- l) Manter sempre atualizado relatório de procedimentos executados;
- m) Arrecadar em toda sua rede de agências, postos bancários e outras representações, inclusive as que vierem a ser inauguradas, após a assinatura do presente CONTRATO;
- n) Comunicar formalmente ao Município, com a maior brevidade possível, a ocorrência de avarias, danos, reparações ou modificações ocorridas no sistema de recolhimento do BANCO, que resultem em



descontinuidade de arrecadação em modalidade de pagamento colocado à disposição do contribuinte, ou na modificação de qualquer processo que tenha reflexo nos serviços objetos do presente CONTRATO;

o) O BANCO não poderá, em hipótese alguma, cobrar qualquer taxa ou tarifa do contribuinte e/ou devedor, pela recepção, processamento e pagamento de suas obrigações;

p) Manter os documentos de arrecadação municipal arquivados por um período de 120 (cento e vinte) dias;

q) A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste Contrato pelo CREDENCIANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CREDENCIADA, nos termos da legislação referente a licitações e Contratos Administrativos. A responsabilidade de que trata esta Cláusula estende-se aos casos de danos causados por defeitos relativos a prestação dos serviços, nos termos do art. 14, da Lei 8.078, de 11/09/90 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PELO INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

6.1. Em caso de negativa injustificada de atendimento, além do rescisivo, serão aplicadas as seguintes penalidades:

a) multa no valor de 01 (um) salário mínimo, por ocorrência;

b) suspensão temporária e participação em licitação e impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 01 (um) ano.

6.2. A inobservância, pela CREDENCIADA, de cláusula ou obrigação constante deste CONTRATO, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará o CREDENCIANTE a aplicar após, defesa prévia, em cada caso, as seguintes penalidades contratuais:

a) Advertência;

b) Multa no valor de R\$ 100,00 (cem reais) por ocorrência;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município pelo prazo de dois anos;

6.3. A imposição das penalidades previstas nesta Cláusula dependerá da gravidade do fato que as motivar, considerada sua avaliação na situação e circunstâncias objetivas em que ele ocorreu, e dela será notificada a CREDENCIADA.

6.4. As sanções previstas nas alíneas “a” e “c” do parágrafo segundo poderão ser aplicadas juntamente com a alínea “b”.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS VEDAÇÕES AO BANCO

7.1. Utilizar, revelar ou divulgar, no todo ou em parte, ainda que para uso interno, informações ou documentos vinculados à prestação de serviços para o Município;

7.2. Cancelar ou debitar valores sem a autorização expressa do Município;

7.3. Receber documento de arrecadação vencido;

7.4. Não será considerada como repassada a arrecadação:

a) Enquanto o arquivo das transações remetido pelo BANCO não for recebido pelo Município;

b) Quando o valor constante do arquivo das transações for diferente do valor registrado no extrato, enquanto perdurar a irregularidade.



Estado do Rio Grande do Sul

UNICÍPIO DE HUMAITÁ

Órgão Poder Executivo

Rua Venâncio João Pessoa, nº 414, Centro - CEP 98670-000 Telefone (55) 3525-1166

E-mail: compras@humaita.rs.gov.br

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1. Este contrato poder ser rescindido pelo Contratante, atendido o disposto na Seção V, artigos 77 a 80, da Lei nº 8.666/93 e considerando-se especialmente as seguintes hipóteses:

- a) O não cumprimento das cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- c) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- d) Razões de interesse público, justificadas e determinadas pela máxima autoridade administrativa e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato, com aviso prévio de 30 (trinta) dias;
- e) A ocorrência de caso fortuito ou de fora maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.
- f) Por interesse da credenciada, a qualquer tempo, desde que observado o prazo de antecedência de 30 (trinta) dias, durante o qual deverá ocorrer atendimento a demanda existente.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1. As despesas oriundas deste credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade: 04.01. Secretaria de Finanças

Proj/Ativ.: 2005. Manutenção da Secretaria de Finanças

Elemento: 33.90.39.81.00. Serviços bancários.

9.2. Também fica exposto que ficará a cargo da Secretaria Municipal Finanças, na pessoa de, a fiscalização da execução ou descumprimento do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A CREDENCIADA é responsável pelos danos causados diretamente ou indiretamente ao Contratante e/ou a terceiros por sua culpa ou dolo na execução deste instrumento contratual, seja por ato seu, de seus empregados ou prepostos;

10.2. A CREDENCIADA não poderá cobrar qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados nos termos deste Contrato;

10.3. A CREDENCIADA responsabilizar-se-á por qualquer cobrança indevida, feita por profissional empregado ou preposto, em razão da execução deste Contrato;

10.4. É de responsabilidade exclusiva e integral da CREDENCIADA a utilização de pessoal para execução do objeto deste Contrato, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a CREDENCIANTE;

10.5. A prestação dos serviços ora CONTRATADOS não implica vínculo empregatício nem exclusividade de colaboração entre o CREDENCIANTE e a CREDENCIADA, os quais se dão pelo regime de CREDENCIAMENTO.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PROTEÇÃO DE DADOS

11.1. As Partes declaram que as informações e os dados pessoais disponibilizados para a execução deste Contrato serão requeridos, utilizados, compartilhados e/ou tratados estritamente para atendimento



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE HUMAITÁ

Órgão Poder Executivo

Rua Avenida João Pessoa, nº 414, Centro - CEP 98670-000 Telefone (55) 3525-1166

E-mail: compras@humaita.rs.gov.br

da finalidade a que se propõem, mediante prévio e expresse consentimento dos seus titulares, comprometendo-se a adotar as melhores práticas de governança e gestão de dados pessoais, em conformidade com o estabelecido nas Leis nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1. Fica eleito o foro da Comarca de Crissiumal/RS, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir eventuais questões decorrentes deste contrato ou sua execução. E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma, teor e conteúdo, na presença de duas testemunhas.

Humaitá/RS, de de 2022.

Humaitá/RS, de 2022.

Contratante:

Contratada:

Assessor Jurídico:

Testemunhas: _____



Estado do Rio Grande do Sul

MUNICÍPIO DE HUMAITÁ

Poder Executivo

Rua Venâncio João Pessoa, nº 414, Centro - CEP 98670-000 Telefone (55) 3525-1166

E-mail: compras@humaita.rs.gov.br

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO/MODIFICATIVO

A/C Comissão de Licitação Referente à CHAMADA PÚBLICA nº ____/2022

_____ estabelecida na _____, cidade _____,
Estado do _____, CNPJ nº _____, neste ato representada por seu
representante legal Sr. _____ portador(es) de cédula de identidade nº (s) _____,
CPF nº(s) _____, participante do Processo De Licitação nº ____/2022, modalidade
Chamada Pública nº ____/2022, **declara** para os fins de direito que **não há fato superveniente
impeditivo/modificativo** de habilitação da mesma, até a presente data, ciente da obrigatoriedade de
comunicar ocorrências posteriores.

Por ser expressão da verdade, é o que temos a declarar, sob as penalidades da Lei.

_____, _____ de _____ de _____

(assinatura do dirigente da empresa)

(carimbo da empresa)



Estado do Rio Grande do Sul

UNICÍPIO DE HUMAITÁ

Poder Executivo

Rua João Pessoa, nº 414, Centro - CEP 98670-000 Telefone (55) 3525-1166

E-mail: compras@humaita.rs.gov.br

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

A empresa (Razão Social da Licitante), CNPJ (número), com sede na Rua _____, nº _____, (Bairro/Cidade), através de seu Diretor ou Representante Legal (qualificação), DECLARA, sob as penas da Lei, que:

- a) Não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- b) Não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 05 (cinco) anos.
- c) Não incorre nas demais condições impeditivas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

Local e Data _____, _____ de _____ de 2022.

Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal

Razão Social e Carimbo do CNPJ